

## REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO

### **Kedma Soares de Souza**

Graduada em pedagogia.

E-mail: [kedmasoares31@gmail.com](mailto:kedmasoares31@gmail.com)

### **Luciana Martins de Lima Barros**

Graduada em pedagogia e professora da rede municipal de educação de Barra do Bugres.

E-mail: [lucianapop78@gmail.com](mailto:lucianapop78@gmail.com)

### **Sirley Aparecida Meiato**

Graduada em pedagogia e professora da rede municipal de educação de Barra do Bugres.

E-mail: [sirleyaparecida659@outlook.com](mailto:sirleyaparecida659@outlook.com)

### **Maria Rita Scarpassi**

Graduada em pedagogia e professora da rede municipal de educação de Nova Olimpia - MT.

E-mail: [mariaritascarpassi2020@outlook.com](mailto:mariaritascarpassi2020@outlook.com)

### **Elaine Barbosa da Silva**

Graduada em pedagogia e professora da rede municipal de educação de Nova Olimpia - MT.

E-mail: [elainebarbosa434@gmail.com](mailto:elainebarbosa434@gmail.com)

### **Vanessa Cristina André Felício**

Graduada em pedagogia e professora da rede municipal de educação de Nova Olimpia - MT.

E-mail: [crisstasiak@gmail.com](mailto:crisstasiak@gmail.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4-21>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é oferecer um exame cuidadoso das práticas educativas cotidianas que ocorrem no âmbito da educação infantil, particularmente no que diz respeito à integração de crianças com necessidades especiais. O artigo procura capacitar os educadores para que se envolvam numa autorreflexão crítica sobre o seu desempenho, bem como sobre os resultados das suas ações, com o objetivo final de promover a consciência e facilitar a contemplação sobre as diferenças entre abordagens educacionais enraizadas na compaixão e na espontaneidade, versus aquelas que estão enraizadas no autoritarismo, nas disparidades e nos resultados. O resultado esperado desta investigação é incentivar uma mudança de atitudes e conceitos em torno da inclusão, bem como do trabalho que é realizado neste contexto, através de uma análise reflexiva do papel do educador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão. AEE. Ensino.

## REFLECTIONS ON THE INCLUSIVE PROCESS IN EDUCATION

**ABSTRACT:** The aim of this article is to offer a careful examination of everyday educational practices that occur within early childhood education, particularly with regard to the integration of children with special needs. The article seeks to empower educators to engage in critical self-reflection on their performance, as well as the results of their actions, with the ultimate goal of promoting awareness and facilitating contemplation on the differences between educational approaches rooted in compassion and spontaneity,

versus those that are rooted in authoritarianism, disparities and results. The expected result of this investigation is to encourage a change in attitudes and concepts around inclusion, as well as the work that is carried out in this context, through a reflective analysis of the role of the educator.

**KEYWORDS:** Inclusion. AEE. Teaching.

## INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com necessidades especiais em escolas regulares tem sido tema de muitas outras pesquisas e os resultados têm apontado a existência de muitos estigmas e estereótipos sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento das mesmas. Esse fato vem gerando muita preocupação no meio científico e educacional, uma vez que essas crianças, assim como as demais, são detentoras de identidades tanto biológicas quanto sociais que precisam ser consideradas e valorizadas no contexto educacional como um todo.

Para tal, são necessários o incentivo e a promoção de ações e práticas educativas no contexto escolar que levem com conta suas especificidades e necessidades singulares de aprendizagem.

Por ser um tema relativamente novo dentro da história da Educação, a inclusão de crianças com necessidades, merece atenção e estudo aprofundado, por isso há a necessidade de compreender e reconhecer as dificuldades e dúvidas que muitos profissionais ainda possuem em relação ao tema. Por essa razão é de extrema relevância apresentar propostas educativas inclusivas que coloquem os alunos com necessidades especiais no centro da aprendizagem e do desenvolvimento.

Diante da necessidade de inclusão de todos alunos com necessidades especiais dentro da cultura atual de inclusão dos novos saberes, buscando meios e instrumentos diversos a fim de motivar-lhes um maior contato com a realidade e diversidade que os cerca, produzindo assim uma aprendizagem mais efetiva, se faz necessário que tanto dentro quanto fora das paredes da escola, seja apresentado a todos, meios de apropriação de conhecimentos diversos, permitindo-lhes uma efetiva interação entre escola, sociedade, aprendizagem e desenvolvimento de forma igualitária e efetiva.

A realização de ações inclusivas, dentro das classes regulares de ensino, beneficia

não só alunos com necessidades especiais de aprendizagem, mas a todos de maneira geral, pois integra os alunos de maneira igualitária, promovendo o respeito a diversidade existente na atualidade, ensinando noções de respeito as potencialidades e singularidades de cada um.

Logo esse projeto justifica-se pelo fato de ser a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino um assunto atual e urgente de ser trabalhados, analisados, compreendidos e aplicados nas escolas de todo o país, visando uma melhoria na oferta de educação para todos de modo igualitário, justo e efetivo, que possibilite o desenvolvimento de todos os alunos dentro de suas especificidades e possibilidades, sem distinção de qualquer natureza.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para podermos desenvolver esta pesquisa é necessário compreender e refletir criticamente sobre a temática aqui abordada, sendo fundamental explorar diferentes conceitos relacionados a políticas públicas, formação e perfil dos docentes que atuam na educação básica, importância da inclusão para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, entre outros.

A temática da inclusão de alunos com necessidades especiais está diretamente vinculada a diversos setores da sociedade, principalmente à educação, e é por isso que o foco maior é a relação da inclusão do contexto escolar, percebendo até onde a inclusão é de fato inclusiva para esses alunos.

A Educação Inclusiva é um direito garantido e assegurado na forma lei dentro da Constituição Federal (1988), do Estatuto da criança e do Adolescente (1990), na Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), na Declaração de Salamanca (1994) e LDB (1996). Todos esses documentos e legislações destacam que o acesso à educação e direitos das crianças com deficiências e necessidades especiais de ensino, esse direito também é assegurado pela Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que afirma em seu art. 8º,

Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa: I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem

justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. [...]

Por muitos séculos as pessoas que tinham algum tipo de deficiência ou necessidade educacional especial foram segregadas e discriminadas, não tendo o direito de frequentar a escolar juntos com os alunos ditos “normais”, e por conta disso ficou um estigma muito grande em relação a inclusão dessas pessoas na rede regular de ensino. Mesmo com todas as leis existentes que asseguram o acesso e permanência delas na escola, muitos ainda são vítimas de preconceitos e discriminação, justamente por não haver metodologias voltadas para a inclusão coletiva de todos no âmbito escolar.

Nesse sentido, a escola configura-se como sendo o espaço primordial e fundamental da manifestação da diversidade, com isso decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como meio principal para promover a inclusão, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos de aprender e desenvolver-se integralmente dentro de suas possibilidades. Sendo assim, o movimento de inclusão traz como premissa central, propiciar a uma educação de qualidade e igualitária para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos é ter acesso a uma educação que promova se crescimento e formação cidadã, pois:

Pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente (EDLER CARVALHO, 1998).

Mesmo com todos os pressupostos legais, a realidade ainda se apresenta bem diferente da almejada nas leis, as dificuldades são muitas e os desafios a serem superados ainda maiores. Muitos empecilhos impedem que a inclusão dos alunos com necessidades especiais se der de maneira prática, efetiva e de qualidade.

O se percebe é que há uma grande disparidade entre a legislação e a realidade educacional, uma vez que a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular não foi consolidada da forma desejada. A proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva, ainda, se faz necessária uma maior

competência profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais a disposição para que a inclusão aconteça na prática.

A Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, significou um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade existente na sociedade. No que se refere a educação brasileira essa resolução faz a seguinte recomendação, em seu Art. 2º,

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Na visão de Mantoan (2003), a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito discutido por diferentes segmentos da sociedade. Destacando ainda que a inserção desses alunos no sistema regular de ensino nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos, independentes de suas necessidades, têm a uma educação de qualidade, e que a Inclusão vai depender da capacidade de saber lidar com a diversidade e as diferenças existentes.

No tocante a educação inclusiva e inclusão de alunos com necessidades especiais de ensino, a escola se apresenta como sendo a principal instituição que promove essa reformulação de conceitos e concepções. Junto com a escola, o professor é a figura central nesse processo, mas que muitas vezes por falta de uma formação adequada acaba desempenhado esse papel de maneira secundária, o que leva a uma perda muito grande para o aluno no desenvolvimento de sua aprendizagem.

A Educação Inclusiva, em suas diferentes interpretações e modalidades existentes, se constitui hoje como foco principal das políticas públicas educacionais em nível federal, estadual e municipal (FERREIRA; GLAT, 2003). Nessa perspectiva de educação inclusiva, a escola deve se adaptar para atender a todos os alunos, independentemente de suas condições sociais, culturais, comportamentais ou biológicas (UNESCO, 1994).

O debate sobre inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais na rede regular de ensino vem tomando proporções significativas e influenciando diretamente o ambiente escolar em todos os seus aspectos. Para compreender o que é inclusão e

educação inclusiva, e sua importância é necessária uma conceituação sobre esses termos. Segundo Mantoan, inclusão e educação inclusiva são, respectivamente,

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro (MANTOAN, 2005, p. 24).

Sendo assim, a escola é um o espaço mais importante para o avanço da inclusão social das pessoas com necessidades especiais. Isso porque a diversidade existente no ambiente escolar é fundamental para o enriquecimento das trocas que ocorrem entre os sujeitos ali presentes, pois a interação constante nesse ambiente proporciona trocas sociais, culturais e intelectuais que contribuem para a formação de modo pontual. Todos os tipos de interação imprimem diferentes tipos de aprendizagem na formação dos indivíduos, principalmente das crianças, uma vez que elas se encontram em pleno processo de desenvolvimento e formação.

A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com necessidades especiais não fique à parte no processo de ensino aprendizagem, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido, apenas para mantê-las na escola. Para que haja a inclusão das crianças com necessidades especiais no processo educativo se faz necessário criar estratégias educativas que possam contemplar as necessidades apresentadas por elas, buscando meios de interligar e alcançar os objetivos traçados, tanto para as crianças com necessidades especiais, como para as sem necessidades. Por isso a importância de uma preparação e motivação dos educadores para se realizar uma educação inclusiva de qualidade voltada para o atendimento e promoção de valores que levem a inclusão de modo efetivo.

O papel do professor é de suma importância na educação inclusiva, visto que o professor é a “autoridade competente, que direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (GAZIM et. al, 2005, p.51). Nessa perspectiva, o professor é o mediador entre o aluno, o conhecimento e sua integração a partir de suas especificidades, logo cabe a ele promover situações



pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e avance em seu potencial humano afetivo, social e intelectual, quebrando as barreiras que se impõem diariamente, superando os desafios que se apresentam dentro e fora da escola.

Um dos fatores primordiais para que a educação inclusiva de alunos com necessidades especiais em salas de aulas regulares der certo, é que os professores mudem a visão que tem sobre a aprendizagem desses alunos, reconhecendo que eles são capazes de aprender tanto quanto os demais. Para tal, é necessário o constante planejamento e elaboração de atividades que deem ênfase ao respeito as diferenças e as múltiplas possibilidades de aprendizagem, reconhecendo e estimulando as diferentes inteligências existentes.

Para que isso seja possível de se concretizar na sala de aula, com alunos heterogêneos em suas especificidades, Minetto destaca que,

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas (MINETTO, 2008, p. 101).

Dessa forma, os docentes que buscam uma ação educativa de fato inclusiva, devem sempre estar atentos a diversidade existente entre seus alunos, procurando exercer seu papel de maneira justa e solidária, pautado no respeito mútuo, eliminando todo e qualquer tipo de discriminação, visando formar cidadãos conscientes para o convívio com as diferenças que existem na sociedade.

Mesmo com todos os pressupostos expressando a importância de se trabalhar de forma inclusiva, muitos professores ainda encontram enormes desafios e dificuldades para trabalhar atividades nesse viés da educação inclusiva, principalmente em decorrência da necessidade de se trabalhar muitos conteúdos com alunos na rede regular, o que em muitos casos, dificulta a inclusão de todos de maneira igualitária. Isso os obriga a repensar sua maneira de ensinar, sua cultura, sua política e suas estratégias pedagógicas, passando assim, a adotar uma postura reflexiva diante da singularidade e diversidade encontrada na sala de aula. Ao repensar sua postura enquanto docente, o professor interliga

conhecimentos e procura desenvolver ações pedagógicas que contemple a todos em suas potencialidades e especificidades.

Para que a educação Inclusiva aconteça efetivamente é preciso o envolvimento de todos os profissionais da escola, numa tentativa conjunta de promover ações e práticas educativas inclusivas. Possibilitando os alunos com necessidades especiais, práticas educativas voltadas para a inclusão, eles se passam se sentir parte daquele ambiente educacional, percebendo que aceitos e apoiados por seus colegas, professores e demais profissionais da escola.

Dessa forma, os recursos físicos, estruturas e toda a materialidade que auxiliam para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, embora muito importantes para a efetivação da inclusão, dão lugar ao desenvolvimento de atitudes inovadoras, de novas formas de atuação e de interação entre alunos, professores e demais funcionários da escola.

Para que isso seja possível é necessário que todos os profissionais diretamente ou indiretamente ligados à educação tenham um novo olhar, buscando construir uma pedagogia centrada no aluno, que por sua vez, suscite a construção de uma sociedade que respeite a dignidade e as diferenças existentes entre os indivíduos (STAINBACK & STAINBACK, 1999).

Por essa e tantas outras razões a educação inclusiva é de extrema relevância de ser prática na contemporaneidade, pois leva os alunos com necessidades especiais a construir uma identidade livre de estigmas e preconceitos, desenvolvendo sua capacidade de aprendizagem baseada no respeito as suas singularidades.

## CONCLUSÃO

A luta pela inclusão é uma questão global enfrentada pelos indivíduos com deficiência e pelas suas famílias enquanto lutam pelos seus direitos e pela integração na sociedade. O paradigma da inclusão desenvolveu-se ao longo do tempo, visando eliminar a exclusão não escolar e propor medidas que garantam o acesso e a permanência dos alunos com deficiência no ensino regular. No entanto, devem ser tomadas medidas para



tornar a verdadeira inclusão uma realidade. Para conseguir isso, é essencial identificar o problema e fornecer soluções eficazes.

Contudo, o aspecto mais crucial é o compromisso dos educadores em fazer a diferença e promover genuinamente a inclusão. Isto requer a alocação de recursos físicos e materiais para garantir um processo educacional de alta qualidade. Acima de tudo, os educadores devem priorizar o desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação nas escolas, exigindo mudanças nas relações pessoais e sociais e alterando a forma como a aprendizagem é abordada. Nossa conclusão é que o processo de inclusão é baseado em diversas condições, incluindo a estrutura física da sala de aula, apoio psicopedagógico, serviços técnico-pedagógicos e administrativos, programas culturais, esportivos e muito mais. Todos esses elementos interagem e apoiam o ensino e a aprendizagem que ocorrem na sala de aula, com alunos e professores atuando como participantes ativos.

Essas ações são essenciais para a criação de um sistema educacional que atenda às necessidades, possibilidades e interesses da população escolar brasileira como um todo. No entanto, atingir este objetivo exige profissionais da educação que não sejam apenas competentes na sua área, mas também conscientes dos constrangimentos políticos e sociais que moldam o seu trabalho. É importante notar que a criação de um ambiente estimulante e estimulante, a prestação de intervenção precoce e a integração de esforços educativos podem impulsionar significativamente o desenvolvimento de uma criança. Em última análise, devemos reconhecer e respeitar as diferenças nas nossas relações sociais, ao mesmo tempo que reconhecemos a sua existência e não permitimos que se tornem obstáculos. É amplamente reconhecido que as escolas inclusivas não são apenas vantajosas para as crianças com necessidades educativas especiais, mas para todos os alunos. Ao expor os alunos à diversidade e às diferenças, a escola está a dotá-los das competências necessárias para a vida numa sociedade pluralista. O estudo realizado sobre “A inclusão de crianças com necessidades especiais e os desafios enfrentados pelos professores para lidar com esta questão” foi uma experiência valiosa, apoiada por uma combinação de observação e entrevistas.

Com isso, as ações em sala de aula devem corresponder às expectativas proporcionando aos alunos oportunidades naturais de interagir uns com os outros. Tal

atitude perante o ensino é exemplar no contexto da inclusão, pois revela um profissional dedicado e totalmente investido em trabalhar com a diversidade que esta tarefa acarreta, o que não é pouca coisa. O processo de inclusão envolve muita improvisação e carece de uma solução única que sirva para todos, o que requer refinamento constante. Numa entrevista, o orador reconhece os desafios de facilitar o progresso dos alunos, o que pode levar a sentimentos de desamparo, mas também sente alegria pelos seus sucessos.

As observações da escola indicam que não só cumprem as obrigações legais ao matricular alunos com deficiência, mas também estão ativamente envolvidas em atividades dinâmicas como música, teatro, apresentações e dança num ambiente adequado. Além disso, a escola fez modificações estruturais, como instalação de rampas de acesso, barras de apoio e alargamento de portas para garantir o acesso adequado aos cadeirantes. Contudo, os serviços de apoio da escola, tais como assistência médica, terapia da fala e ensino de língua gestual, não são adaptados para satisfazer as necessidades de cada aluno, indicando uma necessidade de melhoria nesta área.

No domínio da educação inclusiva, a responsabilidade não recai sobre os indivíduos com deficiência de se adaptarem ao ambiente escolar tradicional. Pelo contrário, é imperativo que as instituições de ensino adaptem a sua abordagem para acomodar a inclusão destes estudantes excepcionais. Esta transformação só pode ser alcançada através de uma maior consciencialização e compromisso de todas as partes envolvidas, livre de discriminação e preconceitos baseados na raça, classe, género ou outras características pessoais. Só então as escolas poderão realmente acolher a diversidade e estar equipadas para educar eficazmente todos os alunos.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. (org.). **Educação Inclusiva: a escola**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 24 out 1989.

CARVALHO, R.E. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA Ed., 1998.

FERREIRA, J. R.; GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização.** In: Souza, D. B. & Faria, L.C.M. (Orgs.). Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 372-390.

GAZIM, E. et al. **Tendências pedagógicas brasileiras: contribuições para o debate.** Revista Chão da Escola. Curitiba, n. 4, p. 41-52, out. 2005.

MANTOAN, M.T.É. **“Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”** In: Nova Escola OnLine: o site de quem educa. Edição 182, Maio/2005.

MANTOAN, M.T.É. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. (organizadores). **Inclusão: um guia para educadores.** ARTMED: Porto Alegre, 1999.

UNESCO/Ministério da Educação e Ciência (1994). **Relatório Final sobre a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade.** Salamanca, Espanha, 7-10, Junho, 1994.

Submissão: junho de 2023. Aceite: setembro de 2023. Publicação: outubro de 2023.